



A agricultura portuguesa, na sua maior parte, somos nós, a Agricultura Familiar.

Somos a Agricultura Familiar e contestamos as teorias que nos consideram como agricultura de subsistência.

Uma exploração familiar pode ter hoje 30, 40 hectares ou mais, pode ter 80 ou 100 vacas e, mesmo as mais pequenas, vendem parte da produção e contribuem para a economia.

Somos a Agricultura Familiar e contestamos as teorias da competitividade defendidas pelo agro-negócio internacional, pelo Governo e pela União Europeia, que enriquecem meia dúzia e levam milhares à falência, que promovem a concentração da propriedade da terra, que condicionam a soberania de muitos países, que intoxicam a opinião pública contra nós.

Quem, como nós, Agricultura Familiar, só tem o seu trabalho para viver, é por natureza competitivo.

Procuramos comprar ou arrendar terrenos vizinhos para dimensionar e emparcelar as explorações, procuramos novas técnicas e equipamentos, novas culturas, para melhorar os rendimentos.

Quem não é competitivo são os grandes proprietários, é o Governo e a União Europeia que os enchem de dinheiro para viver sem produzir.

A Agricultura Familiar é competitiva, o Governo é que não é, quando suga os nossos pequenos rendimentos com o IVA, com a

Segurança Social, com os factores de produção, com o crédito mais caro que noutros países.

A PAC pode ser comum mas é profundamente desigual, protege uns Países e trava a agricultura portuguesa e o Governo, que aceita sempre a asfixia da nossa agricultura, ainda diz que ganhou nas negociações.

Os países do norte e centro da Europa ditam leis a seu favor e, entre eles, as ajudas aos cereais chegam a 80% do rendimento, enquanto entre nós, a ajuda ao vinho ronda apenas os 2%.

E fala o Governo em Fileira do Vinho.

Só se for para engordar ainda mais alguns banqueiros e especuladores que esbulham as nossas terras e nos arruinam.

Portugal recebe de Ajudas Directas menos de 20% da média comunitária, que entre nós rondam os 1.200 € / UTA enquanto na Dinamarca chegam aos 16.000 €.

Em Portugal o rendimento da Família Agrícola é menos de metade da média nacional, enquanto noutros países anda nos 100% e na Holanda é mesmo 50% superior.

Somos Agricultura Familiar, somos a CNA, somos muitos milhares de agricultores associados em organizações agrícolas espalhadas por todo o país.

Poucos anos depois do 25 de Abril, quando os senhores da terra e os seus governos nos começaram a roubar o que tínhamos alcançado com a Revolução, em 1978, criámos a CNA que, desde logo, se definiu com a organização nacional da Agricultura Familiar.

Porque nunca quisemos comer da mesma gamela, porque não vendemos os nossos princípios, os vários governos, em que

estiveram PS, PSD e CDS, procuraram silenciar-nos. Mas com o apoio dos agricultores mantivemo-nos firmes e crescemos.

O panorama associativo mudou muito desde aqueles anos.

Das centenas de associações de diverso tipo, no geral de âmbito concelhio e mesmo de freguesia de então, nascidas das muitas lutas em defesa dos nossos direitos e interesses, as associações filiadas na CNA são hoje principalmente de influência distrital e mesmo nacional, associações sócio-profissionais de agricultores, sem fins lucrativos, mas também associações de desenvolvimento e cooperativas.

Cedo se concluiu que, para defender o interesse da Agricultura Familiar, à luta reivindicativa tínhamos que juntar o apoio à sua actividade.

Criámos, por iniciativa própria, serviços de apoio jurídico, contabilístico, administrativo, formativo e técnico.

E, enquanto nos debatíamos com enormes dificuldades, outros, particularmente a CAP, recebiam enormes apoios técnicos e financeiros para se instalarem pelo país e tentarem travar a acção da CNA.

Em 1996, o Ministério da Agricultura dá início à transferência de funções para as três Confederações acreditadas passando estas a assumir trabalhos, antes feitos pelos serviços do Ministério, como as Ajudas do INGA, o Parcelário, o SNIRB e outros.

Também neste processo se registou o apadrinhamento de uns e a discriminação da Confederação Nacional da Agricultura e das suas Associadas.

No primeiro Parcelário apenas nos foram atribuídos três ou quatro concelhos classificados de pouca importância.

Mas, mesmo assim, decidimos não ficar de fora porque não queríamos defraudar os Agricultores que representamos.

Foi assim que, só um ano depois, com os outros já no terreno, abrangendo todas as regiões que quiseram, a CNA conseguiu começar a fazer as Ajudas do INGA.

Ano após ano, mais Agricultores preferem fazer as suas candidaturas nas nossas Associações, mais organizações se juntam à CNA, porque sentem mais apoio e confiança no nosso trabalho.

Outra área de intervenção, é a Formação Profissional. Desde há muito, quer a CNA, quer algumas das nossas Associadas, faziam Formação Profissional, cada uma por si, enquanto reclamávamos o acesso a Planos Integrados.

Reclamámos e em 2001consequímos!

Mas também aqui não temos padrinhos e a legislação está feita para beneficiar outros. Mas somos nós, a CNA e Organizações associadas, quem mais formação faz em Meio Rural.

Com extremas dificuldades, porque o Estado é mau pagador e temos de assumir encargos financeiros que não nos competia.

Só na Formação Profissional AGRO, a dívida do Estado chegou a 2 milhões € e ainda hoje, passados quase 2 anos e meio, as contas não estão saldadas e o MADRP continua a dever-nos 650 mil €.

Consideramos que é ruinoso para Movimento Associativo o que é pago pelo conjunto dos serviços contratados e protocolados, mas é um grande negócio para o MADRP que, se continuasse a fazer aqueles serviços, gastaria muito mais.

Com o brutal afastamento de funcionários e extinção de serviços, o MADRP está hoje praticamente incapacitado para apoiar os Agricultores.

Apesar das declarações do actual Ministro que diz querer recuperar o Ministério da sangria e desmotivação, feitas pelo seu antecessor, seja por causa do Orçamento de Estado ou do PEC, onde está previsto que o Estado só contrate 1 funcionário por cada 3 que saiam, o certo é que novas funções estão a ser transferidas para o Movimento Associativo.

Já este ano as Confederações começaram a fazer o Parcelário e, a breve prazo, será a recepção dos pedidos de reembolso do ProDer.

Mas, mais uma vez, discriminam negativamente a CNA, por causa do histórico com que os anteriores Governos quiseram limitar a nossa actividade.

Se isso é totalmente injusto, tratando-se de novos serviços em que não há histórico onde se possam refugiar, a CNA reclama ser tratada em pé de igualdade com as outras Confederações.

Por causa destes serviços, tivemos que aumentar os encargos com a contratação de técnicos e outros quadros que, esforçadamente, prestam o apoio que os agricultores necessitam e, porque não pedimos esmola à porta do Ministério, reclamamos o justo pagamento do trabalho que fazemos.

Trabalho que temos feito e consideramos que podemos continuar fazer porque, com a incapacidade do MADRP, os Agricultores, a Agricultura Familiar só são apoiados pelas suas Associações.

Mas não somos empresas que o Ministério contrata quando precisa, somos Associações de Agricultores e por isso não podemos ficar reféns dos Governos.

Não devemos deixar criar dependências que possam condicionar a nossa acção, a nossa luta por uma vida melhor nos campos de Portugal.

Somos Associações de Agricultores e porque queremos manter a nossa independência política, temos que garantir o nosso financiamento pela participação activa dos nossos sócios e aumentar o seu número, criar por iniciativa própria, novos serviços de apoio aos agricultores e ao Mundo Rural.

Portugal e a Agricultura precisam dum Movimento Associativo unitário forte, dinâmico e reivindicativo, capaz mobilizar os agricultores para levantar bem alto a bandeira da CNA na luta por mais justiça, na luta pela valorização e pelos direitos da Agricultura Familiar.

**VIVA A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA!
VIVA A CNA!**

Alfredo Campos
(Direcção Nacional da CNA)

